

Todos podem entrar: reflexão sobre o ensino de Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados na cidade de São Paulo

Andréa Melloni

(Princeton University)

Abstract:

Sabe-se que a aprendizagem nunca é neutra, e que todo ensino de língua tem voz própria. Tal voz, que muitas vezes procura dialogar com o Outro, contém pontos de vista, ideias e pré-conceitos sobre a língua e a cultura de uma sociedade. Neste trabalho, pretendo refletir sobre o ensino da língua portuguesa como um elemento acolhedor e emancipador, no contexto do Cursinho Popular Mafalda, na Zona Leste de São Paulo. O público-alvo dessa iniciativa é tão específico quanto diverso: são refugiadas e refugiados dos mais diversos países, línguas e backgrounds sociais e culturais. As perguntas que me guiam são: por que e como a voz de quem ensina faz sentido para as refugiadas e refugiados? Em que medida as aulas fornecem, além do acesso à língua formal, ferramentas intelectuais para inserir-se no plano da cidadania? Diferentemente de muitos materiais de PLE, o livro adotado, especialmente desenhado para o curso, seria um convite para pensar o país de forma crítica? Haveria, nessa iniciativa, um projeto de escuta das principais demandas dos refugiados?

Mês de junho, sábado cedo e gelado em São Paulo. Sigo de metrô para Vila Carrão (zona leste da capital), onde funciona o Cursinho Popular Mafalda, local, entre outros na cidade, que oferece cursos gratuitos de português para refugiados.

Meu objetivo era acompanhar as aulas de português naquele dia.

Me interessei especificamente pelo Cursinho Mafalda, porque foi lá que um grupo de mulheres jovens, e de diferentes formações acadêmicas, escreveu e editou o livro didático cujo título é *Pode Entrar: Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados*.

Ao longo daquela semana, fui me inteirando sobre a situação dos refugiados no Brasil. Soube que o número de pedidos de refúgio e de refugiados tinha aumentado consideravelmente durante os anos de 2010 e 2015, e que de acordo com o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), atualmente (os dados são de abril de 2016) o Brasil possui 8.863 refugiados reconhecidos, de 79 nacionalidades distintas. Os principais grupos são compostos por pessoas da Síria, Angola, Colômbia, República Democrática do Congo e da Palestina.

Como todos sabemos, refugiados são pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva de direitos humanos.

Fui também lendo cuidadosamente o *Pode Entrar*. Fiquei encantada ao notar como o livro trata de conteúdos como família, religião, raça e igualdade de gênero de uma maneira tão aberta e inclusiva. No capítulo “família”, por exemplo, entram todas as combinações possíveis de família. No capítulo sobre igualdade de gênero, um textinho sobre a Lei Maria da Penha, além, é claro, dos endereços das Delegacias da Mulher em São Paulo. Há também um capítulo sobre a história do Brasil que traz a discussão sobre a herança e os custos sociais de um país de passado escravista.

A distância entre a zona oeste (onde eu estava hospedada) e a zona leste (onde fica o Cursinho Popular Mafalda) foi me enchendo de curiosidade, expectativa, e também uma certa apreensão. A minha curiosidade era pela aula que eu veria, e pelo interesse em ver aquele livro em ação. Mas a minha maior curiosidade era mesmo pelo Outro, por aquelas pessoas arrancadas de seus países.

Ali, na sala de aula onde eu encontrei alunos do Congo, da Nigéria e da Colômbia, a urgência de aprender o idioma era quase uma questão de *sobrevivência*. No entanto, junto com a urgência de aprender, tornou-se clara para mim uma outra urgência: a urgência de *esquecer*.

A aula acontecia. Duas professoras voluntárias conversavam com os alunos sobre a casa e a família. Primeiro o vocabulário na lousa, depois um pequeno vídeo e, por último, a discussão sobre a formação das diferentes famílias. O objetivo era que os alunos contassem um pouco

sobre suas casas e famílias, sobre os membros que estão aqui, sobre os que ficaram lá. Nesse quadro, a expectativa das professoras era que as questões sobre diferenças e semelhanças apareceriam naturalmente na fala dos alunos.

Um silêncio profundo tomou a pequena sala. Os alunos não se olhavam, ao contrário do que geralmente acontece. Naquele momento, a expectativa era que o aluno, aquele que ouvia, se tornasse um falante, porque a compreensão, como nos lembra Bakhtin, exige uma atitude responsiva ativa. Em outros termos, a possibilidade de compreender, além de exigir uma certa inscrição no contexto da nova língua, exige principalmente um retorno ao arcabouço de memórias e vivências do aprendiz. No caso específico do ensino de língua para refugiadas e refugiados, esse material que se encontra na memória muitas vezes está ligado a um *trauma*, a um luto não vivido ou negado e, principalmente, a deslocamentos migratórios forçados, levando muitas vezes à errância. Daí, creio eu, o silêncio...

É muito comum, nas universidades norte-americanas, país onde ensino português, encontrar alunos imigrantes. Nas aulas, temas como família, casa e comida, costumam ser o assunto preferencial, por meio do qual os encontros e as trocas acontecem. A aula sobre esses temas é aquela em que os alunos, muitas vezes felizes e orgulhosos, dividem com os colegas fotos, experiências e lembranças. O imigrante muitas vezes traz consigo o movimento de busca pela diversidade, de tornar-se outro. A relação com a nova terra, com os novos laços sociais e econômicos muitas vezes mobiliza e forma um novo sujeito. Há lugar para a memória no discurso e no aprendizado de uma nova língua para o imigrante. A memória, além de *permitida*, gera potência e dá sentido à experiência da imigração.

Naquela manhã, no Cursinho Popular Mafalda, envolta no silêncio, quando o tema era justamente a família e a casa, dei-me conta de como a memória, para um refugiado, pode ser algo que traz à tona o fantasma do trauma. A memória, ali, precisava ser silenciada, para que o indivíduo pudesse continuar ali, sentado, aprendendo uma nova língua. Língua, é claro, como um

instrumento de expressão e interação com o mundo para a construção de um novo eu, na paisagem muitas vezes inóspita do lugar.

Enfim, estar ali parecia algo muito ambivalente para aquelas pessoas. Por um lado, sua presença na sala de aula era uma oportunidade para começar a quebrar a barreira entre contextos culturais tão distintos, um início de inserção na nova sociedade que agora os envolve, com a possibilidade de reconstrução de uma nova história com a conquista da ferramenta básica para a sobrevivência, isto é, a língua portuguesa. Por outro lado, era também um lugar onde os traumas estavam sendo remexidos sem espaço para compreendê-los, com o risco de comprometer o aprendizado da língua, passaporte que os levaria a uma vida mais digna e menos desigual.

As expectativas e a curiosidade que me acompanharam de manhã no metrô eram completamente diferentes das minhas inquietações no trajeto de volta.

Voltei sem ter onde colocar, dentro de mim e dentro do meu *métier*, aquilo que *não* ouvi daqueles alunos, aquele espaço vazio que separava o presente das lembranças, as quais traziam tanto sofrimento. No entanto, é sempre necessário rememorar o trauma, não no sentido de cutucar a dor, mas sim para clarear situações do presente ou situações por vir.

Não estou certa se a sala de aula é o melhor lugar para rememorar traumas. Ao mesmo tempo, a sala de aula é um espaço onde também se fala de afetos, da vida. Ensinar uma língua é estabelecer um canal de expressão, de tomada de consciência, de formação de vínculos, de cumplicidade e de autonomia de voo. A língua, para o refugiado, traz a possibilidade da construção da casa, no sentido físico, mas sobretudo no metafórico. A casa é o lugar onde se deve conseguir falar de quem somos e de quem fomos.

Naquela manhã, na sala de aula do Cursinho Popular Mafalda, os alunos foram embora calados...

Pensei nos professores. Todos eles eram voluntários e ensinavam aos sábados. Suas formações variavam entre jornalismo, relações internacionais, ciências sociais e medicina. Alguns já estavam inseridos no mercado de trabalho, outros faziam graduação e, em outros casos, pós-graduação.

É interessante pensar que o Brasil, país que sempre recebeu imigrantes (e mais recentemente, refugiados), não possui nenhum tipo de política escolar de acolhimento para esse grupo, e tampouco tem seus olhos muito atentos para a formação de professores de português para essa área específica.

Assim como o Cursinho Popular Mafalda, outros cursinhos populares, ONGs e entidades ligadas a instituições religiosas, estão assumindo o papel que o governo está deixando de lado, promovendo cursos gratuitos para imigrantes e refugiados. A cidade de São Paulo, através de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação do município, conta com cursos de formação para professores com ênfase em cultura e imigração dos povos latino-americanos.

Essas iniciativas, mesmo que pouco representativas, são fundamentais, sérias e muito bem-intencionadas. Contudo, a pergunta que me acompanha, desde aquele sábado e daquele silêncio, é a seguinte: que português ensinar às refugiadas e aos refugiados, e sobretudo, como ensiná-lo?

É claro que essas pessoas, transplantadas de seus países, com histórias duras, têm necessidades prementes de adaptação ao país que as acolhe. A meu ver, é essencial que os professores de português para refugiadas e refugiados sejam bem formados, que sejam sensíveis às questões práticas de comunicação. Por exemplo, como resolver um problema de documentação na Polícia Federal, como entender uma médica no posto de saúde, ou mesmo o atendente numa mercearia, quando estão entre produtos alimentícios tão diversos dos seus. Mas é preciso também que tenham condições de intervir de maneira construtiva nos silêncios, que são na verdade o som das perdas.

Na clínica do traumático, psicanalistas como Mirian Debieux Rosa e Sandra Alencar acreditam que lançar refugiados em confraternizações coletivas e festas populares (religiosas ou profanas), é uma forma de amenizar e trabalhar com o luto. Afinal, é na produção dos cultos e nas festas populares do país de origem que os refugiados localizam suas perdas, evidenciando-as. Na verdade, ao participarem dessas confraternizações coletivas no novo país, eles “re-inventam” o seu passado, traduzindo uma experiência à outra.

A meu ver, o grande pulo do gato, necessário para atender às necessidades desse grupo tão especial quanto específico, é tornar-se um professor que, além de exercitar seu papel na troca de conhecimentos formais da língua, saiba entrar, numa sala de aula, na pele do outro.

Entrar na pele do outro significa estar conectado ao seu estrangeirismo, à sua história pregressa, a suas dores e a suas delícias. Ou seja, dar chance ao refugiado, agora aluno, de se transformar de um “estranho estrangeiro”, como diria Lucia Serrano, em alguém cujo estrangeirismo nos diz algo de familiar.

Sabemos, afinal, que tudo o que nos é familiar, nos pertence também.

Palo Alto 14 de outubro de 2016

(What they took with them – Agência de Refugiados das Nações Unidas)

<https://www.youtube.com/watch?v=xS-Q2sgNjI8>